

## Relações entre não Maternidade e Sexualidade Feminina: Revisão Integrativa da Literatura Científica

## Relations Between Non-Maternity and Female Sexuality: An Integrative Review of the Scientific Literature

## Relaciones entre no Maternidad y Sexualidad Femenina: Revisión Integrativa de la Literatura Científica

*Ana Julia Queiroz Farinha(1); Fabio Scorsolini-Comin(2)*

1 Psicóloga pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Brasil.  
E-mail: anajfarinha@hotmail.com

2 Doutor em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, com pós-doutorado em Tratamento e Prevenção Psicológica pela mesma instituição. Professor do Departamento de Enfermagem Psiquiátrica e Ciências Humanas da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, Brasil.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-6281-3371> | E-mail: [fabioscorsolini@gmail.com](mailto:fabioscorsolini@gmail.com)

Revista de Psicologia da IMED, Passo Fundo, vol. 10, n. 1, p. 187-205, Jan.-Jun., 2018 - ISSN 2175-5027

[Recebido: 06 dezembro 2017; Aceito: 04 maio 2018]

DOI: <https://doi.org/10.18256/2175-5027.2018.v10i1.2316>

### Endereço correspondente / Correspondence address

Fabio Scorsolini-Comin

Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de  
Ribeirão Preto. Departamento de Enfermagem Psiquiátrica  
e Ciências Humanas. Vila Monte Alegre. CEP: 14040902 -  
Ribeirão Preto, SP, Brasil.

Sistema de Avaliação: *Double Blind Review*

Editor-chefe: Jean Von Hohendorff

Como citar este artigo / To cite this article: [clique aqui! / click here!](#)

## Resumo

A sexualidade feminina ancorou-se, por décadas, nos estereótipos culturais de que a vida sexual conjugal era desnecessária assim que a mulher cumprisse a função de procriar. Este estudo objetivou apresentar uma revisão integrativa da literatura científica acerca de como a não maternidade interfere na sexualidade feminina. O método baseou-se na busca por artigos completos nas bases/bibliotecas LILACS, PePSIC e SciELO, publicados em português no período de janeiro de 2012 a novembro de 2017. Os artigos tinham que contribuir para responder à pergunta norteadora: Como a não maternidade interfere na sexualidade feminina? Foram recuperados para análise 19 artigos e os resultados mostram que 15 são estudos empíricos que utilizaram enfoques quantitativos e qualitativos. A literatura aponta que parece haver uma identidade de papel sexual menos tradicional nas mulheres voluntariamente sem filhos. Dar visibilidade à maternidade e a não maternidade é um movimento igualmente importante, abrindo possibilidades de leitura e construção de roteiros sexuais e afetivos menos conservadores e engessados em uma lógica restritiva, punitiva e inflexível, o que deve ser permanentemente capturado pela literatura da área.

**Palavras-chave:** comportamento materno, gravidez, sexualidade, feminismo

## Abstract

The female sexuality was anchored, during decades, in the cultural stereotypes that assume that the conjugal sex life was unnecessary as soon as the woman accomplished the procreator function. This study aimed to present an integrative review of scientific literature regarding how non-maternity interferes with female sexuality. The method was based on the search for complete articles in the databases/libraries LILACS, PePSIC and SciELO, published in Portuguese from January 2012 to November 2017. The articles had to contribute to answer the guiding question: How does not maternity interferes in female sexuality? We retrieved 19 articles for analysis and the results show that 15 are empirical studies that used quantitative and qualitative approaches. There seems to be a less traditional sexual role identity in voluntarily childless women. Giving visibility to motherhood and non-motherhood is an equally important movement, opening up possibilities for reading and constructing less conservative sexual and affective scripts that are embedded in a restrictive, punitive and inflexible logic, which must be permanently captured by the literature of the area.

**Keywords:** maternal behavior, pregnancy, sexuality, feminism

## Resumen

La sexualidad femenina estuvo asociada durante décadas a los estereotipos culturales de que la vida sexual conyugal era innecesaria a partir del momento en que la mujer tuviera hijos. Este estudio objetivó presentar una revisión integrativa de la literatura científica acerca de cómo la no maternidad interfiere en la sexualidad femenina. Se realizaron búsquedas de artículos completos en las bases/bibliotecas LILACS, SciELO y PePSIC, publicados en portugués en el periodo desde enero de 2012 a noviembre de 2017. Los artículos tenían que contribuir a responder a la pregunta guía: ¿De qué manera la no maternidad interfiere en la sexualidad femenina? Se recuperaron para el análisis 19 artículos y los resultados muestran que 15 son estudios empíricos que utilizaron enfoques cuantitativos y cualitativos. La literatura apunta que parece haber una identidad de papel sexual menos tradicional en las mujeres voluntariamente sin hijos. La visibilidad a la maternidad y la no maternidad es un movimiento igualmente importante, abriendo posibilidades de lectura y construcción de guiones sexuales y afectivos menos conservadores y engrasados en una lógica restrictiva, punitiva e inflexible, lo que debe ser permanentemente capturado por la literatura del área.

**Palabras clave:** conducta materna, embarazo, sexualidade, feminismo

Enquanto modo de organização social, a família se constitui por diversificadas possibilidades de modelos que também são respostas às exigências sociais (Fernandes & Lacerda, 2012), o que faz com que sua ideia predominante defina um casal sem filhos como uma estrutura incompleta, posto que a concepção familiar é baseada na filiação. Partindo do pressuposto de que este estudo busca problematizar a relação entre não maternidade e sexualidade a partir do que ocorre nos contextos familiares, torna-se importante realizar um apanhado histórico sobre a maternidade e a sexualidade feminina, esclarecendo as questões de gênero que atravessam esses fenômenos. Estudar gênero implica entendê-lo como um processo constante e em transformação, baseado no fato de que as pessoas são direcionadas para posições estereotipadas que representam o feminino e o masculino a partir do momento em que há a descoberta do sexo no nascimento. Assim, o que é considerado 'normal' em relação ao esperado pelos papéis de gênero é social e historicamente construído e faz com que muitas pessoas não se enquadrem neste papel e sejam excluídas (Butler, 1990; Strey, 2012).

Para se compreender o significado da ideia de gênero, deve-se entender que homens e mulheres são moldados a partir de aspectos culturais, sociais e das relações de poder. Logo, o gênero propõe quais são os papéis masculinos e femininos que devem ser aceitos e vivenciados (Campos & De Tilio, 2017; Mansur, 2003). A tentativa de correspondência e enquadramento ao que se espera socialmente tanto por ser mulher ou como por ser homem pode ser considerada uma estratégia mais confortável, habilitando o sujeito a ocupar um determinado lugar (Strey, 2012).

As práticas que envolvem a maternidade, por exemplo, estão pautadas em conceitos arraigados de que a mesma é um instinto inerente às mulheres, imbuídas do mito do amor materno, visto como natural. Todavia, o amor materno envolve uma complexidade de cuidados e desejos (Badinter, 1980). Foi no século XVIII que uma série de publicações (baseadas na necessidade de um maior número de trabalhadores) afirmou que a mulher-mãe, a qual antes conferia a função da amamentação e cuidado dos bebês para as amas de leite, deveria ter a obrigação de exercer o papel materno e amamentar. Antes desse período, no entanto, a amamentação era encarada como um afastamento da nobreza, suja e aversiva, além de que os médicos proibiam as relações sexuais durante o aleitamento, o que gerava descontentamento nos maridos (Badinter, 1980; Mansur, 2003) e fazia com que as famílias entregassem as crianças para serem cuidadas pelas amas, acarretando em um alto índice de mortalidade infantil.

Por outro lado, com os novos conceitos de que o aleitamento deveria ser função da mãe, criou-se, assim, o mito do instinto materno, o amor espontâneo que as mães possuem pelos filhos (Badinter, 1980). Certamente, não se nega que pode existir amor entre mãe e filhos; no entanto, a construção de conceitos sobre a função materna surge a partir da visão da maternidade como uma característica associada à natureza feminina e, conseqüentemente, como dever e destino de todas as mulheres, implicando

na relação de obrigatoriedade entre ser mulher e exercício da maternidade (Cadoná & Strey, 2012; Fernandes & Lacerda, 2012).

Entre as décadas de 1870 e 1930, o despertar da consciência da sexualidade feminina fez com que a eficiência dos discursos culturais em moldar a experiência corporal fosse reconhecida (Cadoná & Strey, 2012; Lima, 2009). O discurso social sobre a obrigatoriedade feminina em ser mãe pode ser considerado perverso, uma vez que não permite a audiência sobre a vontade da mulher, como é dito por Badinter (1980). Na década de 1960, houve tentativas de se desvincular a sexualidade da procriação, posto que surgiram os anticoncepcionais e, desse modo, a filiação passou a ser um planejamento controlado e o sexo foi relacionado ao prazer (Rocha-Coutinho, 2012). Nessa época, a realização da mulher se dava apenas por meio da maternidade, justificada pelo fato de que apenas a mulher possui a capacidade de gestar e parir e, deste modo, seria ela a responsável pelos cuidados (Fernandes & Lacerda, 2012). A reprodução humana foi reduzida à gestação e ao parto, ignorando totalmente outras questões envolvidas no processo tal como o desejo; ademais, a mulher era elevada à visão de sublime por se dedicar aos filhos, sendo moldada a partir de uma construção ideológica de glorificação da maternidade (Badinter, 1980; Cadoná & Strey, 2012).

Conforme dito por Cadoná e Strey (2012), existe o mito de que a mulher possa ter menos necessidade sexual do que o homem, porém, ao se reforçar esta ideia e naturalizar o desinteresse sexual feminino, o mito legitima como, de um modo geral, as culturas se preocupam pouco com o prazer da mulher e aceitam facilmente que a sua sexualidade seja submetida ao controle masculino. Infelizmente, essa concepção é reforçada e ainda aceita na sociedade, podendo levar a um comportamento de conformismo em relação à busca do prazer feminino. Este discurso sobre a sexualidade feminina, de certa forma, obriga as pessoas a se enquadrarem em padrões normatizados que definem o que é a sexualidade considerada normal e como ela se vincula à maternidade. Por conseguinte, cabe esclarecer que no contexto das diversas culturas, alguns significados e representações discursivas são nada mais que invenções que cada sociedade constrói, ao passo que também legitimam e condenam práticas sexuais, dependendo do entendimento que se tem sobre elas (Furlani, 2003; Mansur, 2003).

A partir desse entendimento dos aspectos sociais e culturais construídos acerca das relações entre sexualidade feminina e maternidade, compreende-se a importância de se questionar a obrigatoriedade que, muitas vezes, impera sobre o corpo feminino. Tanto a maternidade como a não maternidade devem ser compreendidas como escolhas da mulher, não como uma obrigação relacionada ao gênero. Questiona-se, desse modo, tanto o discurso que aprisiona a mulher à necessidade de procriar quanto aquele que não apresenta a maternidade como uma escolha possível dentro das trajetórias do ser mulher.

No entanto, a maternidade ainda é encarada como essência da condição feminina, o que pode ser observado, por exemplo, na socialização desde a infância, em que

as meninas são ensinadas a brincar de casinha, de boneca, de cozinha, entre outras atividades que possuem relação com as funções que são esperadas que elas exerçam no contexto social, tal como ser mãe (Saldanha, Von Muhlen, & Strey, 2012). Rocha-Coutinho (2012) atesta que há uma identificação da maternidade com a feminilidade, o que pode ser reconhecido nas cobranças implícitas que povoam até mesmo as mulheres consideradas inférteis, em virtude de que há a possibilidade da adoção (Lima, 2009). Neste sentido, Lima questiona se para se estar mulher é necessário estar mãe e, ainda, afirma que a maternidade não pode ser uma obrigação para que o gênero feminino exista, pois a identidade feminina envolve sexualidade, vida profissional, amor e a escolha pela maternidade ou não, entre outras questões.

O discurso social de que a sexualidade feminina encontra-se diretamente ligada à maternidade é extremamente perverso, uma vez que não abrange as pluralidades, dicotomias e flexibilidades, bem como as trajetórias pessoais no que diz respeito a questões como a conjugalidade e a reprodução (Strey, 2012). Cabe, portanto, voltar a atenção aos estereótipos contidos nas falas cotidianas e, ainda, para as campanhas e ações indiretas lançadas pelo Governo para estimular a natalidade sempre que é conveniente (Foucault, 1988). Nestas práticas, pode-se notar que os sujeitos são controlados e que existem movimentos a fim de implantar a ‘verdade’ naturalizada da maternidade sem reflexão, assim como há a valorização de alguns comportamentos em detrimento de outros. Após a interiorização desta ‘verdade’, questioná-la é difícil, uma vez que envolve normas incumbidas na subjetividade das pessoas (Cadoná & Strey, 2012; Mansur, 2003) e, ainda, porque a cultura social possui uma força enraizada que dificulta qualquer mudança. Por isso, embora existam algumas transformações pelas quais tem passado a família, ainda é esperado, na maioria das vezes, que ela seja composta por um casal e filhos, ou ainda, marido, mulher e filhos.

A maternidade deve ser uma escolha e não uma obrigação. Ademais, existem diversas formas de ser família que antes eram impensáveis, tais como as famílias monoparentais, casais do mesmo sexo e, ainda, casais sem filhos, que vivenciam cada um a seu modo os desafios de se relacionar na atualidade (Fernandes & Lacerda, 2012). Tem-se, portanto, uma realidade multifacetada (Saldanha et al., 2012), em que a opção por não querer ser mãe não invalida ou diminui a mulher.

Quando a literatura escapa aos estereótipos, ela pode ser um instrumento benéfico para se encontrar outras possibilidades de entendimento da sexualidade feminina e da maternidade e da não maternidade, além da constituição da família. Os rearranjos nessas relações são uma das soluções para que o futuro contenha menos desigualdades, preconceitos e exclusão. Contudo, para se compreender os processos sociais é necessário enfocar a transformação das realidades ao longo da história, o que torna lícita a busca de evidências na literatura científica como um *locus* de produção de discursos sobre o tema em apreço.

Neste artigo serão abordadas as modificações nos modelos esperados para a mulher em relação à maternidade e como isto se relaciona com a construção de identidades em uma sociedade e cultura como a nossa. A partir do panorama exposto e da necessidade de constante atualização do conhecimento, sobretudo no que se refere a essa temática, amplamente debatida na contemporaneidade em função das questões de gênero e sexualidade estarem cada vez mais evidentes, destaca-se que este estudo tem por objetivo apresentar uma revisão integrativa da literatura científica acerca de como a não maternidade interfere na sexualidade feminina. O intuito é que essas reflexões ampliem o debate sobre a sexualidade feminina diante da não maternidade a partir de pesquisas, fomentando discussões também em termos de práticas psicossociais alinhadas às reflexões aqui ensejadas.

## **Método**

### **Tipo de Estudo**

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura científica, um método típico da prática baseada em evidências, seguindo os procedimentos sumarizados por Mendes, Silveira e Galvão (2008). A revisão envolveu uma busca sistematizada nas seguintes bases indexadoras eletrônicas/bibliotecas: LILACS, PePSIC e SciELO. Foram empregados os descritores “não maternidade”, “sem filhos”, “gestação”, “sexualidade feminina”, “satisfação conjugal”. Seguindo os procedimentos da revisão integrativa (Mendes et al., 2008), a pergunta norteadora foi: Como a não maternidade interfere na sexualidade feminina?

### **CrITÉRIOS de Inclusão e Exclusão**

Os critérios estabelecidos para a inclusão dos estudos foram: (i) artigos publicados em periódicos indexados; (ii) redigidos no idioma português; (iii) publicados no período de janeiro de 2012 a novembro de 2017; (iv) com temática acerca da sexualidade feminina e a construção da maternidade e não maternidade e que respondessem à pergunta norteadora. O tipo de delineamento metodológico (estudos teóricos, empíricos, estudos de caso ou outros), as abordagens teóricas ou as áreas nas quais as pesquisas foram desenvolvidas não foram considerados uma restrição. Entre os critérios de exclusão encontram-se (i) livros, capítulos, resenhas, resumos, anais de congressos, cartas, obituários, editoriais, notícias, dissertações e teses; (ii) temática distante do objetivo do estudo ou que não respondessem suficientemente à pergunta norteadora; (iii) artigos publicados no período anterior a janeiro de 2012.

## Procedimento

Os procedimentos para a realização da revisão integrativa seguiram as recomendações de Mendes et al. (2008). O levantamento bibliográfico ocorreu em novembro de 2017, ao passo que, em um primeiro momento, foi realizada a leitura dos resumos encontrados, excluindo-se os estudos que não se enquadravam nos critérios de inclusão elencados. Após uma primeira seleção, os estudos foram novamente analisados a partir da leitura dos títulos e resumos. Posteriormente, os estudos foram recuperados, examinados e lidos na íntegra. Os artigos recuperados após esse percurso analítico compuseram o *corpus*. O *corpus* foi categorizado para posterior discussão, a qual foi organizada a partir de categorias construídas a partir da leitura do conjunto de artigos recuperados. A discussão foi orientada pelos artigos selecionados e por demais referências importantes para o tema. O objetivo da presente revisão não envolveu uma análise metodológica das evidências, ou mesmo uma caracterização mais pormenorizada acerca da produção recuperada, o que poderia acarretar em uma sistematização da produção de modo essencialmente descritivo, sem a devida apreciação crítica que está diretamente relacionada à justificativa da revisão e do tema pautado. Desse modo, priorizou-se a discussão analítica em termos das reflexões trazidas nesses materiais, por meio das categorias temáticas construídas a partir da exploração do *corpus*, ao invés de um levantamento mais concentrado nos aspectos metodológicos e de delineamento de pesquisa. Ainda assim, foram trazidas informações sobre autores, ano de publicação e tipo de estudo como forma de caracterização do *corpus*.

## Resultados

A partir do processo de rastreio, 23 trabalhos foram excluídos por se tratarem de investigações com casais considerados estéreis ou, ainda, casais que optam pela adoção, estudos sobre os anos iniciais da filiação e a questão biológica da gestação e do parto. A Figura 1 representa o procedimento de seleção, análise e composição da amostra. A amostra final desta revisão foi constituída por 19 artigos científicos, selecionados pelos critérios de inclusão previamente estabelecidos. A Tabela 1 apresenta a caracterização do *corpus*.

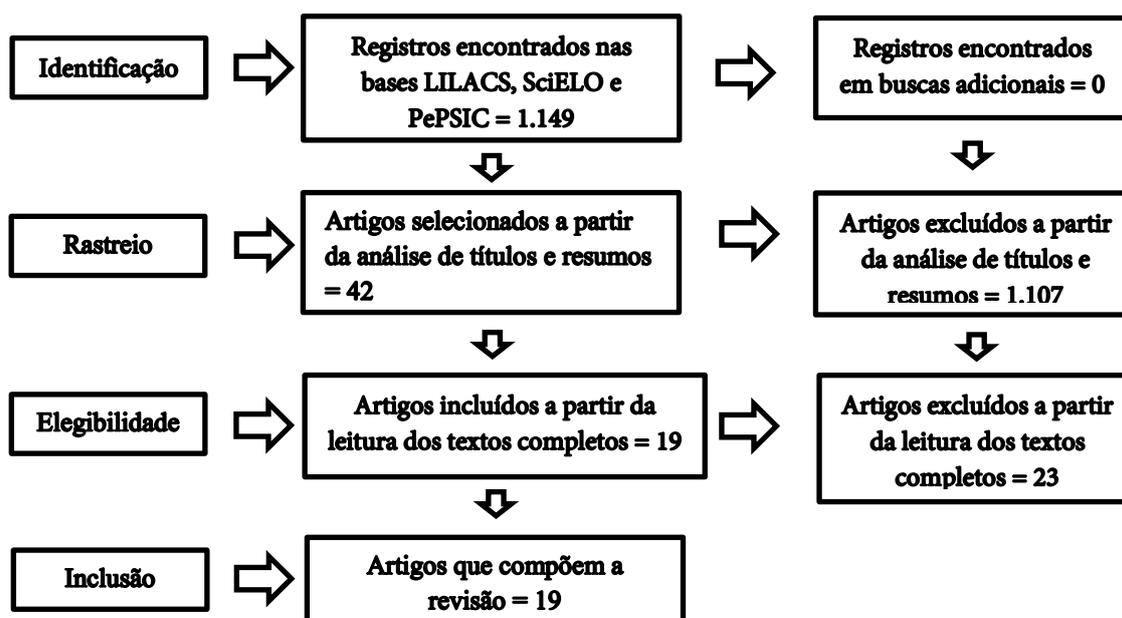


Figura 1. Fluxograma com os registros encontrados, artigos selecionados para leitura e recuperados para discussão.

Tabela 1. Artigos selecionados para discussão que compõem o *corpus* analítico

Nº	Título	Autores	Ano	Tipo de Estudo
1	Crenças relacionadas à natureza feminina frente à gestação e ao vínculo materno-fetal	Rocha, Benute, Santos, Lucia & Francisco	2012	Empírico
2	“Tem que ser uma escolha da mulher”! Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção	Patias & Buaes	2012	Empírico
3	Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos	Zulato-Barbosa & Rocha-Coutinho	2012	Empírico
4	Corpo e sexualidade na gravidez	Araújo, Salim, Gualda & Silva	2012	Empírico
5	Representações sociais da vida sexual de mulheres no climatério atendidas em serviços públicos de saúde	Araújo, Queiroz, Moura & Penna	2013	Empírico
6	A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos	Fidelis & Mosmann	2013	Empírico
7	Avaliação da sexualidade de mulheres inférteis	Leis, Busso, Antunes Júnior, Tognotti, Tso & Busso	2013	Empírico
8	Impacto da gestação na função sexual feminina	Prado & Lima	2013	Empírico

Nº	Título	Autores	Ano	Tipo de Estudo
9	Vivência da sexualidade feminina no período gestacional: à luz da história oral temática.	Viana, Barrêto, Fonseca, Costa, & Soares	2013	Empírico
10	Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade	Gradwohl, Osis & Makuch	2014	Teórico
11	Viver a sexualidade feminina no ciclo gravídico	Rocha, Vieira, Nascimento, & Alchiere	2014	Empírico
12	Tipos de conjugalidade e sexualidade na transição para a parentalidade de mulheres de classe média de Salvador, Bahia	Vilar & Rabinovich	2014	Empírico
13	Ter ou não ter? Uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção	Silva & Frizzo	2014	Teórico
14	A percepção da parentalidade de cônjuges engajados em casamentos de longa duração	Grizólio, Scorsolini-Comin, & Santos	2015	Empírico
15	Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia	Anjos & Lima	2016	Teórico
16	Ajustamento conjugal: a função das características individuais, do casal e do contexto	Rosado, Barbosa, & Wagner	2016	Empírico
17	Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos	Machado & Penna	2016	Empírico
18	Família contemporânea: estudo de casais sem filhos por opção	Caetano, Martins, & Motta	2016	Empírico
19	Planejamento familiar: do que estamos falando?	Sanches & Simão-Silva	2016	Teórico

A maioria dos estudos é de caráter empírico ( $n = 15$ ), publicada nos anos de 2013 ( $n = 5$ ) e 2016 ( $n = 5$ ), o que revela tanto a atualidade da produção como a tentativa de embasar com dados empíricos uma discussão que, por vezes, concentra-se em aspectos históricos e sociais que remetem à construção das sexualidades, do gênero e da própria parentalidade. Ao dar visibilidade à não maternidade e suas relações com a sexualidade feminina, abre-se espaço, também, para questionamentos sobre como tais aspectos vêm sendo modificados com o passar do tempo e com a realização de novas pesquisas que buscam tanto ampliar os repertórios sobre o tema quanto refletir a ressonância das mudanças observadas na sociedade. A partir da leitura exaustiva dos estudos recuperados, foram construídas categorias analíticas para a discussão dos aspectos priorizados por esse *corpus*, como apresentado na Discussão.

## Discussão

Antes de dar início à discussão dos dados, é importante destacar que a compreensão feminista sustentou a discussão do fenômeno em pauta – como a não maternidade interfere na sexualidade feminina, e as consequentes reflexões apresentadas. No entanto, sublinha-se que o feminismo é uma das possibilidades de compreender a não-maternidade, mas não a única. Ao priorizar esse prisma, conferimos um determinado “tom” à discussão que reflete um posicionamento dos autores diante do tema, mas que pode ser ampliado a partir de diferentes perspectivas que poderiam ser convocadas para a discussão em tela. As categorias a partir das quais os dados serão discutidos foram assim sumarizadas: (a) Histórico da sexualidade feminina; (b) concepções da vida sexual durante a gestação; (c) Ausência de filhos na sociedade contemporânea.

### Histórico da Sexualidade Feminina

A vida sexual é multifatorial, integrada à rede de significados do grupo social e sofre interferência das questões emocionais, sociais e culturais quanto à intensidade e qualidade do desejo e da resposta sexual (Sanches & Simão-Silva, 2016). Evidencia-se que, a partir da ideia de vinculação entre a maternidade e a vida sexual, a sexualidade feminina ancorou-se, por décadas, nos estereótipos femininos de uma formação cultural conservadora em que a vida sexual conjugal era desnecessária a partir do momento em que a mulher cumpria a função de procriar (Fidelis & Mosmann, 2013), ou seja, existia uma conotação de que não era necessário manter a vida sexual sem um propósito, como o de ter filhos. Ainda nesta época, o casamento era visto como um contrato e a sexualidade feminina era reprimida em virtude da crença de que sua livre expressão acarretaria no fim do equilíbrio doméstico e da estrutura e organização social (Diniz & Coelho, 2005; Patias & Buaes, 2012; Zulato-Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012). Além disso, era construída para ser subordinada às necessidades do marido, sendo que a maior parte da energia feminina centrava-se na maternidade, o que impedia que houvesse disposição e interesse sexual (Diniz & Coelho, 2005; Gradvohl, Osis, & Makuch, 2014).

Essa concepção familiar centrava a mulher-mãe ao ambiente doméstico, até que com o início da Segunda Guerra Mundial os postos de trabalho foram preenchidos por elas e, com a ausência dos maridos, o movimento feminista se intensificou, questionando os lugares que elas ocupavam (Fernandes & Lacerda, 2012; Zulato-Barbosa & Rocha-Coutinho, 2012). Em meio aos anos 1960, surgiram os primeiros discursos de que as mulheres deveriam recusar a maternidade como uma obrigação ou como um destino certo, haja vista que seria por meio do exercício desse papel que a

mulher seria submetida a uma maior opressão por parte do homem (Caetano, Martins, & Motta, 2016; Fidelis & Mosmann, 2013).

Na visão foucaultiana, é por meio do corpo que se inicia o controle social e a imposição de saberes e normas. Deste modo, no início do século XX, um conjunto de discursos definiu a construção da identidade feminina, os valores, as crenças e os significados das suas subjetividades através do senso comum e de práticas sociais em que a sexualidade era censurada e proibida (Anjos & Lima, 2016; Machado & Penna, 2016). Sendo o corpo um objeto de poder associado ao processo de subjetivação, as representações do feminino perpassam este corpo e refletem as mudanças da sociedade, uma vez que o mesmo é uma realidade biopolítica, alvo do processo de disciplina e adestramento imposto pela sociedade de consumo (Foucault, 1988; Patias & Buaes, 2012). Neste sentido, a sociedade cobra que as mulheres que optam por não ter filhos se responsabilizem como cuidadoras de outros sujeitos, sendo esta uma forma de maternidade atribuída às mulheres para que o cuidado perante o outro continue sendo o seu 'dom' (Leis et al., 2013). No entanto, ao se optar pela não maternidade, faz-se presente uma apropriação do corpo e a negação da única condição de ser mulher a partir do cuidado.

Anjos e Lima (2016) ressaltam que “analisar a sexualidade como um dispositivo significa, além de considerar a sexualidade como produto de uma formação discursiva, também inserir nesse estudo os efeitos políticos dessa formação discursiva e as estratégias de poder-saber que a sustentam, modificam e reforçam” (p. 50). Durante o século XVIII, considerava-se que a excitação feminina favorecia a procriação e, por isto, a sexualidade feminina foi valorizada, até que os estudos médicos proclamaram que a excitação e o orgasmo resultariam em doenças “nervosas”, prostituição, imoralidade, histeria ou morte, o que levou à crença de que a sexualidade deveria ser ignorada, sendo útil apenas para reproduzir (Foucault, 1988). A literatura recuperada, portanto, destaca o histórico da construção das sexualidades, reforçando que o prazer feminino sempre foi concebido como um interdito, priorizando a capacidade reprodutiva da mulher e associando-a, inequivocamente, ao seu papel como mãe e genitora. No entanto, na contemporaneidade, essa associação exclusiva entre sexualidade e maternidade vem sendo cada vez mais questionada, abrindo espaço para o respeito ao desejo feminino e sua escolha acerca de seu itinerário sexual e afetivo. Este eixo sublinha, portanto, a necessidade de que os aspectos históricos sejam sempre recuperados e compreendidos como promotores de comportamentos e visões de mundo.

### **Concepções da Vida Sexual Durante a Gestação**

O estudo de Araújo, Salim, Gualda e Silva (2012) descreve a maternidade como um processo biológico e afetivo estabelecido entre mãe e filho, que vai desde o nascimento até toda uma vida de cuidados. Isso interfere na sexualidade feminina

no sentido de que, durante a gestação, há uma diminuição da libido, ou melhor, um declínio do interesse pela atividade sexual, bem como transformações corporais, as quais influenciam negativamente a vida sexual e a autoestima.

Para Carvalho (2013), alguns dos fatores que influenciam a satisfação sexual do casal são as circunstâncias familiares como presença de filhos, a situação empregatícia e a autoimagem que as pessoas envolvidas têm de si. Por isso, a sexualidade considerada satisfatória se associa à qualidade do sexo, à frequência, sentimentos de amor, felicidade no casamento e a baixos níveis de conflitos conjugais. Cabe mencionar, pois, que cobra-se do sujeito feminino que se mantenham os padrões estéticos estabelecidos, ao passo que esta questão pode ser decisiva quanto a não maternidade, haja vista que as alterações físicas de uma gravidez podem causar temor em relação às mudanças corporais e à forma física, uma visão negativa da autoimagem, receio da reação do parceiro e incômodo com a flacidez e ganho de peso (Leis et al., 2013; Machado & Penna, 2016; Prado & Lima, 2013; Viana, Barrêto, Fonseca, Costa, & Soares, 2013).

Deste modo, Rocha, Benute, Santos, Lucia e Francisco (2012) realizaram uma pesquisa em que 50 mulheres grávidas foram entrevistadas acerca do que pensam da não maternidade e entre as respostas encontradas destacam-se as afirmações de que a maternidade é um dom de Deus e que a mulher foi feita para matinar, caso contrário, poderia ser comparada a uma árvore seca que não dá frutos. Além disso, 35% das participantes afirmaram que não é possível ser feliz sem filhos. Sendo assim, a fim de melhor compreender como a maternidade se relaciona com a sexualidade feminina, cita-se o estudo de Rocha, Vieira, Nascimento e Alchiere (2014), desenvolvido com 25 gestantes, em que a frequência de atividade sexual dessas mulheres diminuiu gradativamente com o avanço da gravidez, sendo que a falta de interesse foi associada às alterações fisiológicas corporais.

Viana et al. (2013) acrescentam, ainda, que o período da gravidez e dos anos iniciais do bebê geram diminuição na qualidade conjugal devido ao decréscimo da comunicação e/ou envolvimento sexual entre o casal, ocasionado pelo ajuste às mudanças dos papéis sociais durante a transição para a parentalidade, alterações ligadas ao nascimento e à amamentação e/ou ao cansaço. Ainda, os aspectos socioculturais, a imagem corporal, o baixo nível de energia, a ausência de orientação sobre sexualidade, os sintomas fisiológicos, os desconfortos corporais, a qualidade do relacionamento, as alterações de humor, o desconhecimento da mulher quanto ao próprio corpo e os tabus, tais como a crença de que não é recomendável haver relações sexuais na gravidez pelo temor de que estas ocasionem trabalho de parto precoce, aborto ou machuquem o bebê, interferem na experiência da sexualidade feminina na gestação (Rocha et al., 2014).

A recomendação médica para se manter um período de quarentena após o parto é, muitas vezes, encarada com alívio pelas mulheres, posto que, em alguns casos, estas

se encontram sem libido e com dor, o que torna a vida sexual como uma obrigação conflituosa e incômoda, uma vez que a forma com que ocorreu o parto pode causar dor no ato sexual durante alguns meses (Rocha et al., 2014). Soma-se a isto a dedicação, tempo e energia que são focadas nos cuidados infantis, a sobrecarga crescente devido à dedicação ao filho e o conseqüente afastamento entre os cônjuges, prejudicando a vida sexual do casal (Fernandes & Lacerda, 2012). Nesta perspectiva, as representações de casais que decidem por não ter filhos, portanto, seriam encaradas por outro ângulo, uma vez que, para estes, não haveria limitações relacionadas à função de filiação (Araújo, Queiroz, Moura, & Penna, 2013; Caetano et al., 2016).

A partir das evidências trazidas na literatura, destaca-se que nem sempre a sexualidade da mulher que opta por ter filhos é respeitada, na medida em que há cobranças tanto para que a atividade sexual se mantenha estável ao longo da gravidez quanto movimentos que visam conferir às mulheres a decisão sobre a expressão dessa sexualidade na gestação e mesmo após o nascimento do filho. A visão por vezes sacralizada acerca do corpo da mãe acaba operando uma dificuldade de se apreendê-lo como sexuado e desejante, fato este que não incidiria sobre as mulheres que optam por não ter filhos. No entanto, a estas mulheres caberiam outros questionamentos que igualmente atravessam a sua sexualidade, como destacado a seguir.

### **Ausência de Filhos na Sociedade Contemporânea**

De acordo com Grizólio, Scorsolini-Comin e Santos (2015), a busca pelo casamento ainda configura-se como uma demanda da sociedade atual. Porém, a relação conjugal se transformou no que se refere a administrar as demandas de crescimento individual. De todo modo, os anos iniciais do casamento são descritos como de maior satisfação conjugal e são também o período em que o casal planeja uma futura filiação. Nesta perspectiva, Fernandes e Lacerda (2012) e Silva e Frizzo (2014) referem que neste momento cabe a discussão sobre a não parentalidade, uma vez que a maioria dos casais apenas reflete sobre seus desejos em relação a ter filhos após o casamento, o que pode acarretar em conflitos se eles não concordarem quanto aos desejos.

Em termos da satisfação sexual na conjugalidade, Fernandes e Lacerda (2012) afirmam que a parentalidade pode diminuir drasticamente as perspectivas do casal, uma vez que eles se concentram em proporcionar o necessário para os filhos e abdicam dos prazeres individuais, o que interfere tanto na individualidade como na conjugalidade. Relatam, ainda, que as mulheres possuem o direito de adiar a maternidade, contudo, não de negá-la, posto que, para se estar inserida na sociedade contemporânea, muitas vezes é exigido dos sujeitos que estes sejam empregados e tenham filhos.

Para Caetano et al. (2016) e Grizólio et al. (2015), o casamento contemporâneo não precisa necessariamente abranger a filiação, envolvendo em primeiro lugar

a construção da conjugalidade, onde a sexualidade e a aliança entre os pares são mais valorizadas que a parentalidade. Entre os motivos relatados pelos casais voluntariamente sem filhos por optarem pela não filiação estão a manutenção do estilo de vida marcado pela liberdade, a rejeição do papel materno, a falta de desejo e a manutenção da qualidade conjugal, as difíceis condições de vida na sociedade atual, o receio de comprometer a própria carreira ou as atividades de lazer, experiências com modelos de parentalidade e a ideia de que não possuem características necessárias para ser pai/mãe (Fernandes & Lacerda, 2012; Fidelis & Mosmann, 2013; Patias & Buaes, 2012; Silva & Frizzo, 2014).

Em termos econômicos, os casais voluntariamente sem filhos possuem renda 70% maior e padrão de consumo mais alto em relação aos casais com filhos (Fernandes & Lacerda, 2012). Entretanto, estes dados não compreendem todos os casais que estão nesta categoria no Brasil, variando conforme a idade, classe social, valores pessoais e formação cultural. Nesta perspectiva, estes casais costumam gastar com projetos e sonhos individuais. Em contrapartida, os casais com filhos trabalham mais se apoiando na crença consumista de que para ser bom pai/mãe é exigido que se financie os desejos dos filhos (Fernandes & Lacerda, 2012; Silva & Frizzo, 2014).

A decisão voluntária por não ter filhos é complexa e impacta a vida conjugal (Silva & Frizzo, 2014), de forma que as mulheres sem filhos são consideradas desesperadas, egoístas e pressupõe-se que elas focalizem a energia no trabalho. Assim sendo, as mulheres possuem mais necessidade de justificar a ausência de filhos relatando que são estéreis mesmo quando não o são. A escolha voluntária por não ter filhos envolve estigmatização, em razão de que aceitar o novo diante do instituído gera uma mobilização e sentimentos conflitantes (Caetano et al., 2016; Fernandes & Lacerda, 2012).

Por outro lado, cabe acentuar que a ausência de filhos está associada a melhores índices de bem-estar, menores índices de depressão na velhice, comprometimento com o parceiro, oportunidade para dedicar afetos e compromissos exclusivamente ao outro e, ainda, que casais sem filhos não apresentam maiores dificuldades em seus relacionamentos conjugais, porém, vivenciam menor atividade social, já que os filhos favorecem uma aproximação em relação à vizinhança, quando comparados com casais com filhos (Silva & Frizzo, 2014). Ademais, o estudo de Silva e Frizzo sugere que exista uma identidade de papel sexual menos tradicional nas mulheres sem filhos por opção, uma vez que estas possuem mais tempo para doar à relação com o parceiro, bem como investir em metas a dois e em estudos que permitem o desenvolvimento de um modo de pensar menos conservador.

Por fim, a satisfação conjugal é uma formulação subjetiva, a qual abrange ter as próprias necessidades e vontades satisfeitas, assim como condizer com o esperado pelo parceiro (Machado & Penna, 2016). A partir do pressuposto de que a qualidade conjugal em um relacionamento tende a ser maior quando há maior investimento

(Rosado, Barbosa, & Wagner, 2016), conclui-se que a maternidade tanto pode aprofundar o relacionamento conjugal, como pode rompê-lo, haja vista que casais com as responsabilidades da parentalidade e as da conjugalidade conjuntamente reportam menos satisfação na relação amorosa.

O que se sublinha a partir dessas evidências é que a não maternidade cada vez mais vem sendo uma possibilidade respeitada na sociedade e que tem se tornado mais visível também nos meios acadêmicos, a despeito de uma tendência a se investigar a maternidade e todo o contexto envolvido nesse fenômeno. Mais do que destacar o aumento do interesse no tema, a produção recente também deve ser acompanhada de um movimento que possa endossar a liberdade da mulher diante das escolhas e dos itinerários possíveis sobre o seu próprio corpo e a sua sexualidade. Dar voz à não maternidade é tão importante quanto dar voz à maternidade, de modo que o cerne da discussão pode ser as transformações no modo de se compreender a sexualidade feminina, não aprisionando-a a um papel ou outro, mas abrindo possibilidades de leitura e construção de roteiros sexuais e afetivos menos conservadores e engessados em uma lógica restritiva, punitiva e inflexível.

## Considerações Finais

A opção por ter filhos ocorre por meio das múltiplas representações vivenciadas pelas mulheres e, assim, sempre que uma mulher pensa em matinar, acredita-se que há ali um desejo. Porém, algumas vezes, a necessidade de uma criança provém da pressão da sociedade, em que a gravidez dá visibilidade ao feminino em um país onde as tradições culturais do mito do instinto materno ainda são intocáveis (Fidelis & Mosmann, 2013). Deste modo, a construção do feminino incorpora a representação dos corpos, da sexualidade e das relações de gênero, bem como as normas determinantes da condição feminina. Em contrapartida, a não maternidade gera o rompimento de um modelo feminino tradicional, dado que é um fenômeno complexo e o seu entendimento pleiteia a reflexão quanto às expectativas em relação aos papéis femininos e, ainda, abrange a necessidade de se repensar o mito do amor materno.

Salienta-se que a sexualidade é um fenômeno que deve ser cada vez mais investigado, já que as relações íntimas são centrais na vida adulta e a qualidade destas acarreta melhores níveis de saúde mental, saúde física, bem-estar e satisfação na vida profissional. Portanto, é relevante afirmar que não é necessário ser mãe para ser mulher, ainda que a cultura possa trazer essa exigência. A opção pela maternidade ou não deve ser respeitada, diminuindo a pressão sobre o feminino, seus corpos e sua sexualidade.

Vale destacar as limitações do estudo, posto que, a despeito da busca por apreender as vivências das mulheres, a realidade destas não é absoluta para todas que voluntariamente não desejam ter filhos. Cabe realçar que essa pesquisa se deteve

na visão da camada média da população e é sugerido que os estudos futuros sobre o tema abarquem também a sexualidade e a escolha masculina pela não paternidade, uma vez que o homem também detém esta escolha. Outra limitação do estudo foi o emprego de bases latino-americanas que recuperam, em sua maioria, artigos publicados em português. Com a ampliação das bases, outras realidades poderão ser abarcadas, compondo um repertório mais complexo acerca de como essa temática tem se apresentado nas ciências humanas e sociais, conferindo maior visibilidade a uma temática cada vez mais discutida na contemporaneidade, o que ainda parece não ser acompanhado de um efetivo incremento nas pesquisas vigentes.

## Referências

- Anjos, K. P. L., & Lima, M. L. C. (2016). Gênero, sexualidade e subjetividade: algumas questões incômodas para a psicologia. *Psicologia em Pesquisa*, 10(2), 49-56. doi: <https://doi.org/10.24879/201600100020059>
- Araújo, I. A., Queiroz, A. B. A., Moura, M. A. V., & Penna, L. H. G. (2013). Representações sociais da vida sexual de mulheres no climatério atendidas em serviços públicos de saúde. *Texto & Contexto Enfermagem*, 22(1), 114-122. doi: <https://doi.org/10.24879/201600100020059>
- Araújo, N. M., Salim, N. R., Gualda, D. M. R., & Silva, L. C. F. P. (2012). Corpo e sexualidade na gravidez. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 46(3), 552-558. doi: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000300004>
- Badinter, E. (1980). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. (W. Dutra, Trad.). Rio de Janeiro: Nova Fronteira S/A.
- Butler, J. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. (R. Aguiar, Trad.). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Cadoná, E., & Strey, M. N. (2012). A construção do sujeito materno: problematizando práticas à luz dos estudos feministas. In M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Orgs.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 95-124). Porto Alegre: EdIPUCRS.
- Caetano, C., Martins, M. S., & Motta, R. C. (2016). Família contemporânea: estudo de casais sem filhos por opção. *Pensando Famílias*, 20(1), 43-56.
- Campos, M. T. A., & De Tilio, R. (2017). Gênero e família: história, conflitos e possibilidades de reconfiguração. In C. A. Chapadeiro, C. A. Serralha & M. F. D. Hueb (Eds.), *Questões de família* (pp.149-162). Curitiba: CRV.
- Carvalho, T. A. M. (2013). *Determinantes da satisfação conjugal: felicidade, bem estar subjetivo, personalidade e satisfação sexual*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Católica Portuguesa, Portugal). Retrieved from <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/15223>.
- Diniz, G., & Coelho, V. (2005). A história e as histórias de mulheres sobre o casamento e a família. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: efeitos da contemporaneidade* (pp. 138-157). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Fernandes, E., & Lacerda, M. M. (2012). *Sem filhos por opção: casais, solteiros e muitas razões para não ter filhos*. São Paulo: Nversos.
- Fidelis, D. Q., & Mosmann, C. P. (2013). A não maternidade na contemporaneidade: um estudo com mulheres sem filhos acima dos 45 anos. *Aletheia*, 42(1), 122-135.
- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: a vontade de saber*. (M. T. C. Albuquerque e J. A. G. Albuquerque, Trads.). Rio de Janeiro: Graal Ltda.
- Furlani, J. (2003). *Mitos e tabus da sexualidade humana*. Belo Horizonte: Autêntica.

- Gradvohl, S. M. O., Osis, M. J. D., & Makuch, M. Y. (2014). Maternidade e formas de maternagem desde a Idade Média à atualidade. *Pensando Famílias*, 18(1), 55-62.
- Grizólio, T. C., Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. (2015). A percepção da parentalidade de cônjuges engajados em casamentos de longa duração. *Psicologia em Estudo*, 20(4), 663-674. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v20i4.29536>
- Leis, L., Busso, C. E., Antunes Júnior, N. A., Tognotti, E., Tso, L. O., & Busso, N. E. (2013). Avaliação da sexualidade de mulheres inférteis. *Reprodução & Climatério*, 27(3), 86-90. doi: <https://doi.org/10.1016/j.recli.2013.03.001>
- Lima, J. B. (2009). *Maternidade e antimaternidade lúcida: a escolha é sua*. Rio de Janeiro: HAMA Editora.
- Machado, J. S. A., & Penna, C. M. M. (2016). Reprodução feminina e saúde sob os olhares de mulheres sem filhos. *Revista Mineira de Enfermagem*, 20(1), 1-7.
- Mansur, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Mendes, K. D. S., Silveira, R. C. C. P., & Galvão, C. M. (2008). Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto & Contexto Enfermagem*, 17(4), 758-764. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-07072008000400018>
- Patias, N. D., & Buaes, C. S. (2012). “Tem que ser uma escolha da mulher!” Representações de maternidade em mulheres não-mães por opção. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 300-306. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000200007>
- Prado, D. S., & Lima, R. V. (2013). Impacto da gestação na função sexual feminina. *Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia*, 35(5), 205-209. doi: <https://doi.org/10.1590/S0100-72032013000500003>
- Rocha, G. H. S., Benute, G. R. G., Santos, N. O., Lucia, M. C. S., & Francisco, R. P. V. (2012). Crenças relacionadas à natureza feminina frente à gestação e ao vínculo materno-fetal. *Psicologia Hospitalar*, 10(2), 79-94.
- Rocha, M. G. F., Vieira, J. L. B., Nascimento, E. G. C., & Alchieri, J. C. (2014). Viver a sexualidade feminina no ciclo gravídico. *Revista Brasileira de Ciências da Saúde*, 18(3), 209-218. doi: <https://doi.org/10.4034/RBCS.2014.18.03.04>
- Rocha-Coutinho, M. L. (2012). “Mulher moderna é assim, dá conta de tudo...” A difícil arte de equilibrar trabalho e família. In M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Orgs.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 193-220). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Rosado, J. S., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2016). Ajustamento conjugal: a função das características individuais, do casal e do contexto. *Psicologia em Pesquisa*, 10(1), 26-33. doi: <https://doi.org/10.24879/201600100010044>
- Saldanha, M., Von Muhlen, B. K., & Strey, M. (2012). O homem maternante: mudanças à vista? In M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Orgs.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 147-168). Porto Alegre: EdiPUCRS.

- Sanches, M. A., & Simão-Silva, D. P. (2016). Planejamento familiar: do que estamos falando? *Revista Bioética*, 24(1), 73-82. doi: <https://doi.org/10.1590/1983-80422016241108>
- Silva, I. M., & Frizzo, G. B. (2014). Ter ou não ter? Uma revisão da literatura sobre casais sem filhos por opção. *Pensando Famílias*, 18(2), 48-61.
- Strey, M. N. (2012). Gênero e ciclos vitais. In M. N. Strey, A. Botton, E. Cadoná, & Y. A. Palma (Org.), *Gênero e ciclos vitais: desafios, problematizações e perspectivas* (pp. 7-22). Porto Alegre: EdiPUCRS.
- Viana, D. F., Barrêto, A. J. R., Fonseca, E. N. R., Costa, C. B. A., & Soares, M. J. G. O. (2013). Vivência da sexualidade feminina no período gestacional: à luz da história oral temática. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 12(1), 88-95. doi: <https://doi.org/10.4025/ciencucidsaude.v12i1.10691>
- Vilar, J. O. V., & Rabinovich, E. P. (2014). Tipos de conjugalidade e sexualidade na transição para a parentalidade de mulheres de classe média de Salvador, Bahia. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 14(1), 29-46. doi: <https://doi.org/10.12957/epp.2014.10478>
- Zulato-Barbosa, P., & Rocha-Coutinho, M. L. (2012). Ser mulher hoje: a visão de mulheres que não desejam ter filhos. *Psicologia & Sociedade*, 24(3), 577-587. doi: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822012000300011>